

Arquivo/AE



Nesta página: para conquistar maioria no Congresso o governo volta a negociar cargos por votos. Governo está preparando a lista de projetos prioritários que quer ver aprovados até julho. **Página 5:** comissão, na Câmara, aprova projeto de salário mínimo diferente do enviado por Collor. O presidente vai vetar reajuste de 89% para juízes federais. Dinheiro do Finor é suficiente para tocar apenas 10% dos projetos aprovados pela Sudene. **Página 6:** Delegado do caso Magri diz que inquérito foi esvaziado. PF abre novo inquérito na Saúde. Levy se lança à sucessão de Erundina.



Collor:
veto a reajuste
dos juízes
federais.

Cargos por votos, de novo.

Congresso

BORNHAUSEN VOLTA A USAR ESSA TÁTICA, EM BUSCA DA MAIORIA PARLAMENTAR PRÓ-GOVERNO.

A distribuição de cargos de órgãos federais nos Estados será o grande trunfo do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, para garantir o apoio de senadores e deputados aliados nas votações de projetos de interesse do Palácio do Planalto. Os entendimentos começam segunda-feira com audiências individuais aos senadores do PFL, segundo compromisso selado na noite de quarta-feira, durante um jantar realizado na casa de Bornhausen com a presença dos ministros do partido e do governador Antônio Carlos Magalhães.

O novo espaço político dos aliados inclui também o atendimento de pedidos de verbas e de execução de obras, além da distribuição dos cargos federais. "Isso garantirá apoios mais firmes", confirmou o líder do governo, senador Marco Maciel (PFL-PE). "Maioria eventual é perigosa e muito cara", afirmou o governador da Bahia, referindo-se de maneira indireta às negociações de cargos e verbas que hoje precedem cada votação.

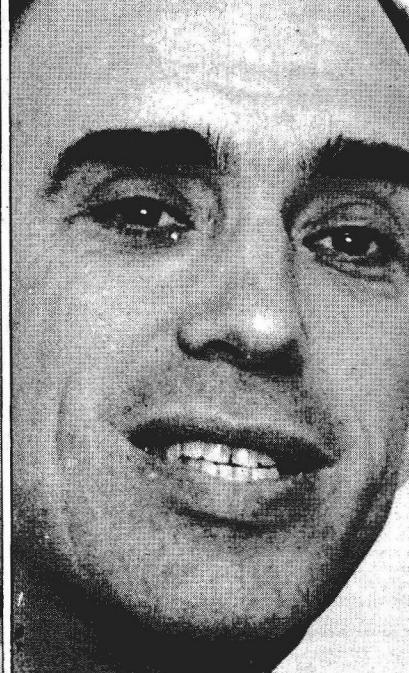
Mas nem todos os pefeístas pensam como Bornhausen. Um deles é o senador baiano Josaphat Marinho, preocupado com a possibilidade do partido ser apontado como um dos responsáveis pelo eventual fracasso do governo: "O PFL não pode dizer amém a tudo que vem do governo", recomendou.



Bornhausen procura aliados



ACM: contra maioria eventual.



Maciel: "apoios mais firmes".



Fiúza: sem intromissões.

Foto: Arquivo/AE